



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
É próprio dos sábios mudar de opinião.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO



CARGO 23: TÉCNICO JUDICIÁRIO

NÍVEL MÉDIO

TURNO: TARDE



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 3

1 A partir do advento do Estado social, a lei deixou de ser a expressão de uma anônima vontade geral, no sentido rousseauiano da expressão, conforme queriam os ideólogos
4 do Estado de direito dos séculos XVIII e XIX, e passou a representar o resultado da vontade política de uma maioria parlamentar, formada a partir de vontades fragmentárias
7 preexistentes no seio da sociedade.

No Brasil, como se sabe, os partidos políticos sofreram as vicissitudes da alternância entre regimes
10 democráticos e ditatoriais, que pouco contribuiu para conferir-lhes uma base ideológica sólida, capaz de ensejar o surgimento de agremiações partidárias divorciadas do patriarcalismo, do
13 patrimonialismo e dos interesses econômicos dominantes.

Os partidos de massa, vinculados às camadas populares, com matizes ideológicos mais pronunciados,
16 surgiram apenas em uma fase mais recente da história do país, como consequência do processo de industrialização, que se acelerou a partir dos anos 50 do século passado. Em que
19 pesem, porém, as imperfeições que ainda caracterizam o sistema partidário brasileiro, não há dúvida de que, hoje, os partidos políticos são indispensáveis ao processo democrático,
22 não apenas porque expressam a multiplicidade de interesses e aspirações dos distintos grupos sociais, mas, sobretudo, porque concorrem para a formação da opinião pública, para o
25 recrutamento de líderes, para a seleção de candidatos e para a mediação entre o governo e o povo.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- Ⓐ a vontade política de uma maioria parlamentar passou a ser formada, com o advento do Estado social, a partir de vontades fragmentárias preexistentes no seio da sociedade.
- Ⓑ a alternância entre os regimes democráticos e ditatoriais no Brasil desfavoreceu a formação de uma base ideológica político-partidária sólida.
- Ⓒ os partidos políticos são indispensáveis ao processo democrático no Brasil, principalmente porque vêm favorecendo o processo de industrialização nacional desde a primeira metade do século XIX.
- Ⓓ o advento do Estado social ensejou o surgimento, no Brasil, de agremiações partidárias divorciadas do patriarcalismo, do patrimonialismo e dos interesses econômicos dominantes.
- Ⓔ os ideólogos do Estado de direito dos séculos XVIII e XIX queriam o advento do Estado social.

QUESTÃO 2

Assinale a opção correta quanto à estrutura do texto.

- Ⓐ Os “partidos políticos” mencionados na linha 21 correspondem aos “partidos de massa” citados na linha 14.
- Ⓑ A supressão das contrações “do” (ℓ.12) e “dos” (ℓ.13), que antecedem, respectivamente, os nomes “patrimonialismo” (ℓ.13) e “interesses” (ℓ.13), manteria a correção do texto.
- Ⓒ A supressão da vírgula empregada logo após “porém” (ℓ.19) manteria a correção gramatical do texto.
- Ⓓ Sem prejuízo para o sentido original do texto, a palavra “expressão” (ℓ.3) poderia ser substituída por **mesma**.
- Ⓔ O emprego da terceira pessoa do singular na forma verbal “contribuiu” (ℓ.10) deve-se ao fato de o referente do pronome “que” (ℓ.10), sujeito dessa forma verbal, ser o nome “alternância” (ℓ.9).

QUESTÃO 3

Seria mantida a correção gramatical do texto caso

- Ⓐ o pronome “lhes” em “para conferir-lhes” (ℓ.10-11) fosse deslocado para antes do verbo: para lhes conferir.
- Ⓑ o acento indicativo de crase, na expressão “às camadas populares” (ℓ.14-15), fosse omitido.
- Ⓒ o trecho “que se acelerou” (ℓ.17-18) fosse substituído por **que acelerou-se**.
- Ⓓ a expressão “ao processo democrático” (ℓ.21) fosse substituída por **a democracia**.
- Ⓔ fosse empregado o acento indicativo de crase no “a” na expressão “a partir de” (ℓ.6).

Texto para as questões de 4 a 6

1 As chamadas políticas de ação afirmativa são muito
recentes na história da ideologia antirracismo. Nos países onde
já foram implantadas (Estados Unidos da América, Inglaterra,
4 Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia,
entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e
excluídos um tratamento diferenciado para compensar as
7 desvantagens decorrentes da sua situação de vítimas do
racismo e de outras formas de discriminação; daí as
terminologias *equal opportunity policies*, ação afirmativa, ação
10 positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

Nos Estados Unidos da América, onde são aplicadas
desde a década de sessenta do século XX, as políticas de ação
13 afirmativa pretendem oferecer aos afro-americanos as chances
de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Os
empregadores estadunidenses foram obrigados a mudar suas
16 práticas, planejando medidas de contratação, formação e
promoção nas empresas, com vistas à inclusão dos afro-
americanos; as universidades foram obrigadas a implantar
19 políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população
negra; as mídias e os órgãos publicitários foram obrigados a
reservar espaços em seus programas para a participação dos
22 negros. Ao mesmo tempo, programas de aprendizado de
tomada de consciência racial foram desenvolvidos com a
finalidade de levar os americanos brancos à reflexão quanto ao
25 combate ao racismo.

Kabengele Munanga. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto de vista em defesa de cotas. In: Revista Espaço Acadêmico, 2003. Internet: <www.espacoacademico.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Segundo o texto apresentado,

- A a existência do racismo e de outros comportamentos discriminatórios está relacionada à adoção de políticas de ação afirmativa.
- B os Estados Unidos da América foram os primeiros a adotar políticas de ação afirmativa.
- C as políticas de ação afirmativa foram idealizadas para os países desenvolvidos.
- D os programas de tomada de consciência racial foram desenvolvidos nas escolas cujo público-alvo eram alunos brancos.
- E as primeiras leis formais a defender os direitos da população negra foram as chamadas políticas de ação afirmativa.

QUESTÃO 5

Assinale a opção correta quanto à estrutura do texto.

- A Os termos “a implantar políticas de cotas” (ℓ.18-19) e “outras medidas favoráveis à população negra” (ℓ.19-20) complementam o sentido de “foram obrigadas” (ℓ.18).
- B A substituição do trecho “os americanos brancos à reflexão” (ℓ.24) por **aos americanos brancos a reflexão** manteria a correção gramatical do texto.
- C O trecho “para compensar as desvantagens decorrentes da sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (ℓ.6-8) expressa a causa da adoção das políticas de ação afirmativa.
- D O elemento “daí” (ℓ.8) estabelece uma relação temporal entre a oração em que ocorre e a oração anterior.
- E A locução verbal “pretendem oferecer” (ℓ.13) poderia, sem prejuízo para sentido original do texto, ser substituída por **podem oferecer**.

QUESTÃO 6

Sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do texto,

- A o trecho “aos grupos discriminados e excluídos” (ℓ.5-6) poderia ser isolado por vírgulas.
- B o ponto e vírgula empregado imediatamente após “discriminação” (ℓ.8) poderia ser substituído por travessão.
- C a vírgula empregada logo após “empresas” (ℓ.17) poderia ser suprimida.
- D a vírgula empregada imediatamente após “Nos Estados Unidos da América” (ℓ.11) poderia ser suprimida.
- E o ponto final logo após “antirracismo” (ℓ.2) poderia ser substituído por vírgula, com a devida alteração de minúscula e maiúscula.

Texto para as questões 7 e 8

1 Afirma-se que o princípio da igualdade deve ser
interpretado em sua acepção material, ou seja, de que a
verdadeira igualdade é tratar desigualmente os desiguais.
4 Como afirmou Rui Barbosa, “A regra da igualdade não
consiste senão em quinhoeirar desigualmente aos desiguais, na
medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social,
7 proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a
verdadeira lei da igualdade”. O Estado, ao pretender realizar
seu fim de reduzir as desigualdades sociais, somente o fará
10 com a adoção de políticas afirmativas que encontrem eco nas
camadas mais oprimidas da população.

Alinha-se à defesa do sistema de cotas a assertiva de
13 que a própria Constituição da República demonstra a
substancialidade do princípio da igualdade, como, por
exemplo, no caso da reserva de vagas, em expressão
16 percentual, dos cargos e empregos públicos para os deficientes
físicos, determinada em seu art. 37, inciso VIII. É legítima,
portanto, em face do contexto histórico, a compensação social
19 também em benefício dos negros. Todavia, argumenta-se, em
sentido contrário à implementação do sistema de cotas, a
impossibilidade de definição idônea dos integrantes da raça
22 negra, o óbice constitucional do princípio da igualdade e a
assertiva de que há política compensatória (ação afirmativa)
apenas de forma expressa na Constituição da República.

Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim. **Sistemas de cotas**. In: Revista
eletrônica PRPE, out./2004. Internet: <www.prpe.mpf.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta de acordo com o texto.

- Ⓐ Infere-se do texto que a Constituição da República não segue o princípio da igualdade preconizado por Rui Barbosa.
- Ⓑ O texto apresenta, em diferentes proporções, características de texto descritivo, argumentativo e narrativo, pois apresenta informações, defende uma ideia e faz um breve relato histórico acerca do sistema de cotas no Brasil.
- Ⓒ O texto não pode ser classificado como dissertativo, pois não apresenta ponto de vista acerca do princípio da igualdade e do sistema de cotas.
- Ⓓ O inciso VIII do art. 37 da Constituição da República, segundo se afirma no texto, prevê a reserva de vagas para deficientes físicos e para negros.
- Ⓔ O texto defende que, para reduzir as desigualdades sociais, as ações governamentais devem repercutir nas camadas menos privilegiadas da população.

QUESTÃO 8

O sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados caso se substituísse

- Ⓐ a expressão “pretender realizar seu fim de” (l.8-9) por **estar afim de**.
- Ⓑ o trecho “somente o fará” (l.9) por **o fará sozinho**.
- Ⓒ a expressão “em face do” (l.18) por **diante do**.
- Ⓓ a conjunção “Todavia” (l.19) por **Conquanto**.
- Ⓔ a forma verbal “deve” (l.1) por **deva**.

QUESTÃO 9

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,

Em atendimento ao novo regulamento dos órgãos judiciais e em complemento às últimas informações enviadas a Vossa Excelência no Memorando n.º 543, de 21 de agosto de 2012, as medidas para reposicionamento de pessoal segundo critérios de preferência e de formação acadêmica já foram iniciadas. O prazo para adaptação ao novo setor e às novas atribuições não deverá ser o mesmo para todos os relocados, conforme já previsto, mas o sistema organizacional que está sendo implantado deverá encontrar-se devidamente estabilizado até o final de janeiro de 2013.

Respeitosamente,

[espaço para assinatura]

[nome do signatário]

Chefe do Departamento de Pessoal

Considerando o texto acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A identificação do signatário poderia ser suprimida do documento, mantendo-se apenas a menção a seu cargo.
- Ⓑ O expediente apresentado é exemplo de aviso.
- Ⓒ O fecho “Respeitosamente” deve ser empregado em todas as correspondências dirigidas ao presidente do Supremo Tribunal Federal.
- Ⓓ Caso o expediente acima fosse enviado a um juiz, em vez de ser enviado ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o vocativo “Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal” deveria ser substituído por **Senhor Juiz**.
- Ⓔ No envelope da correspondência oficial acima, estaria correta a seguinte forma de endereçamento.
Ao Senhor
[nome do destinatário]
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Praça dos Três Poderes
70000-000 Brasília. DF

QUESTÃO 10

Assinale a opção cujo excerto apresenta clareza, concisão, impessoalidade, formalidade e linguagem culta e apropriada aos documentos oficiais.

- A** Ficou combinado desde o ano passado que os chefes de departamento se reuniriam ao final de cada mês pra deliberar a respeito de questões administrativas urgentes, mas o acordo não vem sendo cumprido. Todos os servidores pedem, por favor, que Vossa Excelência não deixe que isso continue acontecendo, porque prejudica o trabalho de todo o órgão esse tipo de atitude. Contamos com o apoio de Vossa Excelência.
- B** Convidamos todos os funcionários desta secretaria para a festa de despedida do nosso grande amigo Pedro João, que passará a compor a equipe do Tribunal de outra unidade da Federação. Como ele é muito querido, estamos certos de que ficarão felizes em prestigiá-lo.
- C** Os juizes se reuniram com Vossa Excelência na próxima sessão extraordinária, marcada para o dia 10 próximo, a partir das 15h.
- D** Senhor Chefe da Seção de Atendimento ao Usuário, Lembramos que o prazo para regularização do serviço encontra-se no documento disponível no site do Instituto Atender Bem, de que Vossa Senhoria é associada. Basta clicar no link “Sou cadastrado”, inserir seu nome de usuário e buscar o nome do processo. Colocamos-nos à disposição caso hajam quaisquer dúvidas.
Atenciosamente,
[nome do remetente]
Chefe do Departamento de Controle
- E** Decidiu-se, por maioria absoluta dos votos, que a medida deverá ser alterada antes do início da vigência do próximo mandato. Aguardamos o parecer de Sua Excelência para que o processo de mudança seja iniciado.

QUESTÃO 11

Com o desmembramento de parte de Mato Grosso e do Amazonas, foi criado, na Era Vargas, o território federal de Guaporé, cuja capital era Porto Velho. Antes de se tornar estado no início dos anos 80 do século XX, o antigo território passou a se chamar território federal de Rondônia em 1956, em homenagem a um importante personagem da História do Brasil, conhecido protetor dos indígenas e responsável pela instalação da rede telegráfica que contribuiu para a integração do extremo oeste brasileiro.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção que apresenta o nome da personalidade que recebeu a referida homenagem.

- A** Mário Andreazza
- B** Jorge Teixeira
- C** Cândido Rondon
- D** Rolim de Moura
- E** Rondon Pacheco

QUESTÃO 12

O primeiro centenário de sua construção ocorreu no ano de 2012. Obra que se transformou em autêntica epopeia, inclusive com o sacrifício de trabalhadores que nela perderam a vida, tinha entre seus principais objetivos permitir o escoamento da produção boliviana da fronteira até o rio Amazonas e o oceano. Construção tombada como patrimônio da cultura brasileira.

O texto acima se refere à

- A** Rodovia Transamazônica.
- B** Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
- C** Usina Hidrelétrica de Jirau.
- D** Reserva Ecológica Nacional Ouro Preto do Oeste.
- E** Estrada de Ferro Carajás.

QUESTÃO 13

Entre as riquezas agrícolas produzidas em Rondônia, destacam-se o café, o cacau, o feijão, o milho, a soja, o arroz e a mandioca. No que se refere à soja, um dos principais itens exportados do Brasil, é correto afirmar que a exportação de mais de dois milhões de toneladas anuais produzidas no sul de Rondônia e no oeste de Mato Grosso passa pela

- A** Hidrovia do Guamá-Capim.
- B** Hidrovia do Negro.
- C** Hidrovia Araguaia-Tocantins.
- D** Ferrovia Norte-Sul.
- E** Hidrovia do Madeira.

QUESTÃO 14

Em relação à versão 6 do programa de correio eletrônico Outlook Express, assinale a opção correta.

- A** O referido programa protege, por padrão, toda a caixa de saída do usuário com criptografia simétrica.
- B** O Outlook Express possui ferramentas que permitem criar filtros para excluir automaticamente mensagens indesejadas seguindo critérios básicos, como, por exemplo, a origem da mensagem.
- C** Esse programa requer configuração específica para suportar o protocolo de envio de *e-mail* IMAP, pois suporta nativamente o protocolo de recebimento de *e-mail* POP3.
- D** O referido programa não suporta o uso de HTML em mensagens de *e-mail*.
- E** O Outlook Express permite que seja identificadas automaticamente como *spam* toda mensagem do domínio gmail.com; para desabilitar essa funcionalidade, é necessário apagar o filtro pré-configurado chamado Gmail.

QUESTÃO 15

O *software* gerenciador de janelas do Windows 7 que permite, entre outras tarefas, visualizar as propriedades de um arquivo é o

- A Windows Seeker.
- B Windows Prompt.
- C Windows Explorer.
- D Windows Finder.
- E Windows BitLocker.

QUESTÃO 16

Em um sistema Windows, os vírus de computador podem infectar arquivos do tipo

- A com, pdf e log.
- B exe, dll e txt.
- C pdf, exe e com.
- D xml, txt e exe.
- E txt, log e com.

QUESTÃO 17

No que concerne ao plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do Poder Judiciário do estado de Rondônia, com fundamento na Lei Complementar n.º 568/2010, e suas alterações posteriores, assinale a opção correta.

- A Ao servidor que estiver em gozo de licença remunerada é vedado o pagamento de adicional de produtividade.
- B O adicional de produtividade é devido aos técnicos judiciários, no cumprimento de suas funções públicas.
- C O servidor integrante da carreira judiciária que estiver cedido fará jus, durante o afastamento, ao adicional de qualificação funcional.
- D O servidor que não exerça plenamente as atividades de seu cargo, mas que exerça atividades de docência para o público interno do Poder Judiciário do estado de Rondônia, fará jus à gratificação de atividade de docência.
- E No âmbito do Poder Judiciário, para o cumprimento de suas funções fazem jus à gratificação de indenização de transporte os psicólogos e os comissários de menores.

QUESTÃO 18

Nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJE), assinale a opção correta.

- A Permanecem ligados às suas respectivas varas os juízes auxiliares do Corregedor-geral de Justiça.
- B Compete privativamente à câmara especial do tribunal de justiça homologar concurso para ingresso na carreira da magistratura.
- C É vedada a nomeação de juiz de paz *ad hoc*.
- D São órgãos do Poder Judiciário do estado os juízes de paz.
- E O Corregedor-geral de Justiça será auxiliado por juízes da capital, a quem é vedado receber qualquer gratificação por esse trabalho.

QUESTÃO 19

No que se refere à posse, assinale a opção correta, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia.

- A O secretário de estado da administração é a autoridade competente para dar posse ao servidor que pertencer ao grupo de Polícia Civil.
- B É vedada a posse por procuração.
- C Servidor em licença que for nomeado para novo cargo deverá, primeiro, retornar à atividade que desempenhava, para, depois, tomar posse no novo cargo público, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato da nomeação.
- D Somente haverá posse de cargo público quando esse é provido por nomeação.
- E Quando um servidor é nomeado, a sua posse deve ocorrer no prazo, improrrogável, de trinta dias.

QUESTÃO 20

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia, o reingresso de servidor aposentado no serviço público, quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria por invalidez, verificados em inspeção médica oficial ou por solicitação voluntária do aposentado, a critério da administração, é denominado

- A reintegração.
- B recondução.
- C reversão.
- D aproveitamento.
- E readaptação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca de organização administrativa, assinale a opção correta.

- A** O Estado democrático caracteriza-se por promover o interesse coletivo e pela separação de poderes, ou seja, pela não concentração de funções ou atividades em um único órgão ou pessoa.
- B** O terceiro setor, conhecido como setor social, é constituído por pessoas jurídicas de direito público, cujos interesses são filantrópicos, ou seja, voltados ao fomento de atividades como saúde e educação.
- C** A União detém competência para anular ato administrativo de concessão de aposentadoria praticado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
- D** O segundo setor é constituído por pessoas jurídicas de direito público.
- E** A organização administrativa brasileira caracteriza-se pela ausência de relações de hierarquia.

QUESTÃO 22

Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

- A** É constitucional a lei de Estado que determine a criação e extinção de entidades da administração indireta estadual.
- B** A distribuição de competências pelo tribunal de justiça no âmbito de sua própria estrutura configura descentralização.
- C** Nas autarquias, entidades integrantes da administração pública indireta, as relações de trabalho regem-se pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).
- D** A criação de uma agência reguladora é exemplo de desconcentração.
- E** As secretarias de Estado são consideradas órgãos públicos, não integrando, portanto, a administração indireta.

QUESTÃO 23

Em relação aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Os agentes políticos, embora detentores de certas prerrogativas que os distinguem dos demais agentes públicos, sujeitam-se às regras comuns aplicáveis aos servidores públicos em geral.
- B** Militar e jurado não integram a categoria de agentes públicos.
- C** O agente público, pessoa física, confunde-se com a figura do órgão administrativo que representa.
- D** São exemplos de agentes políticos os chefes do Executivo, os membros do Poder Legislativo e os membros do Poder Judiciário.
- E** Artista consagrado contratado pelo poder público para representar o Brasil em congresso internacional é exemplo de agente credenciado, também considerado funcionário público para fins penais.

QUESTÃO 24

Com relação aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- A** O abuso de poder é conduta comissiva, que afronta, entre outros, o princípio da legalidade e o da moralidade, e se sujeita, portanto, ao controle judicial, que se sobrepõe ao controle administrativo.
- B** A nomeação para cargo de provimento em comissão é exemplo de exercício do poder hierárquico pela administração pública.
- C** Não se distinguem quanto ao alcance o poder disciplinar da administração pública e o poder punitivo do estado exercido pelo Poder Judiciário.
- D** A administração pública exerce seu poder disciplinar ao aplicar sanção de suspensão a servidor público e seu poder discricionário ao determinar a suspensão como sanção a ser aplicada.
- E** Servidor da vigilância sanitária que apreende, em estabelecimento comercial, produtos alimentícios fora do prazo de validade exerce poder de polícia.

QUESTÃO 25

Acerca de licitação, assinale a opção correta.

- A** O instrumento de contrato é obrigatório nas modalidades concorrência, tomada de preço, convite e concurso, não podendo a administração substituí-lo por outros instrumentos hábeis.
- B** Constitui princípio fundamental do procedimento administrativo licitatório o julgamento subjetivo.
- C** É vedado ao cidadão acompanhar o desenvolvimento de licitação promovida por órgão da administração pública.
- D** É inexigível a licitação para aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada.
- E** O vencedor de uma licitação tem direito subjetivo à adjudicação do objeto licitado, consoante o princípio da legalidade.

QUESTÃO 26

Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle judicial destina-se à verificação da legalidade e do mérito dos atos administrativos.
- B** A homologação e a aprovação de ato administrativo são meios de controle interno praticado pelo poder público.
- C** O controle administrativo pode ser hierárquico ou não hierárquico, podendo somente o controle hierárquico ocorrer de ofício, no exercício da denominada fiscalização administrativa.
- D** O exercício do controle legislativo, também chamado de controle parlamentar, não deve limitar-se às situações previstas na Constituição Federal de 1988.
- E** A convocação pelo Poder Legislativo de autoridades públicas para prestar informações sobre assunto determinado não constitui hipótese de controle parlamentar político sobre a administração pública.

QUESTÃO 27

Acerca de constituição, assinale a opção correta.

- A** Não se pode distinguir Estados constitucionais e Estados não constitucionais com base no conceito ideal de constituição.
- B** Nem todas as sociedades politicamente organizadas dispõem de formas de ordenação passíveis de serem designadas constituição, não obstante as constituições escritas serem uma criação da época moderna.
- C** As constituições, para que sejam consideradas a fonte formal do direito constitucional, devem emanar de um poder constituinte democraticamente legitimado, cuja vontade de criar ato compreendido em sua esfera seja intencionalmente manifestada, e seja observado o procedimento específico.
- D** Há hierarquia entre normas constitucionais originárias, o que motiva a declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras.
- E** As normas constitucionais têm natureza unicamente jurídica.

QUESTÃO 28

Com relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- A** O Congresso Nacional vincula-se a pronunciamento plebiscitário quanto a transformação dos estados por incorporação entre si, por subdivisão ou desmembramento, quer para se anexarem a outros, quer para formarem novos estados ou territórios federais.
- B** A Constituição Federal estabeleceu sistema de repartição de competências entre os entes político-administrativos que combina competências exclusivas, privativas e principiológicas com competências comuns e concorrentes, com vistas ao equilíbrio federativo.
- C** A União Federal, pessoa jurídica de direito público com capacidade política, pode manifestar-se em nome próprio, mas não em nome da federação.
- D** Os municípios não gozam de autonomia normativa.
- E** A organização político-administrativa brasileira compõe-se de União, estados, Distrito Federal, territórios e municípios.

QUESTÃO 29

Em relação aos contornos constitucionais da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O direito de greve outorgado pela Constituição Federal constitui norma não autoaplicável, sendo, portanto, legítimo o ato administrativo que promova o desconto dos dias não trabalhados.
- B** O servidor público civil não tem direito a perceber horas extras.
- C** Toda investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma estabelecida em lei.
- D** A Constituição Federal autoriza que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- E** Assegura-se a servidor público da administração direta afastado para exercer mandato eletivo a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos, até mesmo para promoção por merecimento.

QUESTÃO 30

Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O Poder Judiciário goza de autonomia administrativa e funcional, mas não de autonomia financeira.
- B** Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são julgados pelo próprio tribunal por crimes comuns e de responsabilidade.
- C** Os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D** Os magistrados podem exercer, desde que estejam em disponibilidade, outro cargo ou função, inclusive a de magistério.
- E** As garantias asseguradas aos membros do Poder Judiciário visam conferir à instituição a necessária independência para o exercício da jurisdição, resguardando-a das pressões do Legislativo e do Executivo.

QUESTÃO 31

A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** A legitimação do Ministério Público (MP) para propor ações civis impede a de terceiros nas hipóteses de proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- B** Incumbe à Advocacia-Geral da União a representação judicial da União, mas não a extrajudicial.
- C** As defensorias públicas estaduais gozam de autonomia funcional, administrativa e financeira.
- D** O advogado é indispensável à administração da justiça.
- E** O presidente da República pode destituir o procurador-geral da República mediante autorização da maioria simples do Senado Federal.

QUESTÃO 32

Com base no disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A** O direito à segurança no emprego compreende a proteção da relação de emprego, mas não a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
- B** Cabe mandado de segurança contra decisão de Turma do STF.
- C** O *habeas corpus* deve ser impetrado por advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou por defensor público.
- D** O princípio da legalidade é mais amplo que o princípio da reserva legal, que é restrito e concreto.
- E** Para editar atos normativos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo não estão obrigados a observar o princípio da igualdade.

QUESTÃO 33

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e na interpretação doutrinária do direito civil, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o princípio da continuidade, caso o texto legal tenha sido corrigido durante a *vacatio legis*, o prazo da obrigatoriedade da lei não voltará a fluir.
- B** Caso, em nova lei, sejam estabelecidas disposições a par das já existentes em outras leis, não haverá revogação do texto legal anterior, mas apenas modificação.
- C** Caso a Lei B, que revogou expressamente a Lei A, seja revogada sem que outra lei seja publicada, a Lei A voltará a vigorar.
- D** Caso uma lei já em vigor não tenha sido aplicada, não tendo sido exigida sua observância pelos órgãos aplicadores do direito, essa lei será considerada, para todos os efeitos, válida e eficaz.
- E** O princípio do estatuto pessoal é garantido pelo direito brasileiro, ainda que as leis brasileiras divirjam substancialmente das leis estrangeiras.

QUESTÃO 34

Considerando as disposições do Código Civil e a interpretação doutrinária sobre a pessoa natural, assinale a opção correta.

- A** Considera-se relativamente incapaz aquele que, em razão de causa transitória, não puder exprimir sua vontade.
- B** O estado civil, apesar de não se sujeitar à alienação, é renunciável.
- C** O nome de uma pessoa pode ser usado, sem sua prévia autorização, em propaganda comercial, caso não haja intenção difamatória ou exposição ao desprezo público.
- D** A pessoa natural possui personalidade jurídica, tendo capacidade de fato, e não de direito.
- E** Embora, em lei, sejam resguardados os direitos do nascituro, não é concedida personalidade condicional ao nascimento com vida.

QUESTÃO 35

Assinale a opção correta acerca das pessoas jurídicas de direito privado.

- A** O patrimônio da fundação deve constituir-se apenas de bens imóveis.
- B** A existência de uma associação depende da efetuação do registro de seu estatuto.
- C** O domicílio das pessoas jurídicas de direito privado é estabelecido em lei, a fim de proteger terceiros de boa-fé.
- D** A capacidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado limita-se à esfera patrimonial.
- E** A realização de negócios destinados ao aumento do patrimônio não consiste em circunstância que descaracterize uma associação.

QUESTÃO 36

A respeito de prescrição e decadência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Permite-se às partes alterar o prazo de prescrição, caso essa alteração não cause prejuízo a terceiros.
- Ⓑ A prescrição pode ser objeto de renúncia, sendo a renúncia da prescrição efetivada de forma expressa ou tácita.
- Ⓒ A prescrição não pode ser alegada por terceiros.
- Ⓓ Direitos potestativos disponíveis não se sujeitam à decadência.
- Ⓔ A prescrição e a decadência implicam a perda da pretensão.

QUESTÃO 37

No que se refere às partes, aos procuradores e ao MP, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se, para a defesa do réu, for necessária a realização de perícia, o autor deverá adiantar a verba necessária para a realização do ato.
- Ⓑ O MP, na qualidade de fiscal da lei, deve velar pela adequada atuação do direito subjetivo das partes.
- Ⓒ Somente após a citação o réu será considerado juridicamente parte do processo, de acordo com as normas processuais.
- Ⓓ O juiz aplicará multa ao advogado que deixar de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais não sujeitos a recurso.
- Ⓔ Advogados que empregarem expressões injuriosas nas petições escritas apresentadas no processo estarão sujeitos a multa, aplicada sobre o valor da causa.

QUESTÃO 38

Em relação aos juizados especiais cíveis estaduais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O cabimento no Juizado Especial das ações cíveis sujeitas a procedimento especial será analisado caso a caso pelo juiz.
- Ⓑ Não há óbice à execução no Juizado Especial de título executivo extrajudicial que ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.
- Ⓒ Se, na audiência de instrução e julgamento, a parte ré apresentar resposta escrita e não houver necessidade de produção de prova oral, seu comparecimento estará dispensado.
- Ⓓ Ante os princípios aplicáveis aos referidos juizados, as perguntas deverão ser feitas diretamente pelas partes ou por seus advogados.
- Ⓔ Para causas de até 40 salários mínimos, a competência do Juizado Especial Cível será de caráter absoluto.

QUESTÃO 39

A respeito do regramento dos atos processuais no CPC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se uma parte se recusar a assinar os termos do processo, o escrivão deverá certificar o fato nos autos.
- Ⓑ Considera-se inexistente a petição redigida em versos.
- Ⓒ No curso do processo, o juiz proferirá despacho para decidir as questões incidentes.
- Ⓓ É obrigatória a formação de autos suplementares pelo escrivão, sob pena de perda do cargo.
- Ⓔ Só as partes obterão certidão de atos processuais relacionados a processo que corra em segredo de justiça.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta acerca de processo e procedimento ordinário.

- Ⓐ Sem a presença dos pressupostos processuais, a relação processual poderá existir, mas será nula.
- Ⓑ A petição inicial somente será distribuída se contiver RG ou CPF da parte ré.
- Ⓒ É incompatível o oferecimento simultâneo de contestação, reconvenção e exceção pelo réu.
- Ⓓ O autor poderá cumular mais de um pedido na petição inicial, ainda que entre eles não haja conexão.
- Ⓔ A atual estrutura do processo civil brasileiro, por não dispor de instrumentos adequados, impede a sua efetividade.

QUESTÃO 41

A respeito do processo de execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devedor que aliena bem quando réu em processo de execução pratica fraude à execução.
- Ⓑ A competência para o processo de execução fundado em título judicial é absoluta.
- Ⓒ O herdeiro não pode ser parte passiva na execução contra o *de cuius*, que deverá ser movida em face do espólio, enquanto não for concluído o inventário.
- Ⓓ A desistência da execução depende da concordância do embargante.
- Ⓔ Os bens futuros do devedor não responderão pelo cumprimento de suas obrigações.

QUESTÃO 42

Considere que um homem tenha sido denunciado pela prática de estelionato e que, durante a ação penal, tenha entrado em vigor uma nova lei que prevê diminuição da pena aplicável ao referido crime. Nessa situação hipotética, consoante disposições do Código Penal, a lei nova

- A** não se aplica ao crime em tela, uma vez que o fato criminoso que originou a ação penal foi praticado anteriormente à vigência da nova lei.
- B** aplica-se ao crime em tela, independentemente do conteúdo material, dado que a lei penal obedece ao princípio da retroatividade.
- C** aplica-se ao crime em tela, visto que a lei penal obedece ao princípio da retroatividade, caso caracterize-se situação em que o acusado será beneficiado.
- D** pode ser aplicada ao crime em tela, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, situação que impede a retroatividade da lei nova.
- E** não se aplica ao crime em tela, conforme o princípio da irretroatividade, visto que a ação penal já estava em curso quando a nova lei passou a vigorar.

QUESTÃO 43

Com relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- A** A lei penal admite a realização de interpretação analógica pelo legislador, como, por exemplo, ao dispor que os crimes serão qualificados se cometidos com o emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
- B** De acordo com o princípio da territorialidade, crimes cometidos contra o patrimônio de empresa pública instituída pelo poder público brasileiro sujeitam-se à lei brasileira, se cometidos dentro do território nacional, e à lei do respectivo país estrangeiro, se cometidos no estrangeiro.
- C** A lei temporária, decorrido o período de sua duração, não mais se aplica aos fatos praticados durante sua vigência.
- D** Não há crime ou contravenção penal sem que decreto ou lei os definam anteriormente, devendo a imputação de pena ser anterior à cominação legal.
- E** Na contagem do prazo penal, incluem-se o dia do início e o dia do final; por essa razão, incluem-se no cômputo das penas privativas de liberdade as frações de dia.

QUESTÃO 44

Com base na classificação dos crimes apresentada no Código Penal e na enumeração dos crimes considerados hediondos na Lei n.º 8.072/1990, assinale a opção correta.

- A** A extorsão mediante sequestro e a extorsão qualificada pela morte são crimes hediondos, e são classificados, também, como crimes contra o patrimônio.
- B** O estupro e o latrocínio, crimes contra a pessoa, são crimes hediondos.
- C** A prática de abuso de autoridade é considerada crime hediondo.
- D** O homicídio simples, tentado ou consumado, é considerado crime hediondo.
- E** Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, fiança e progressão de regime.

QUESTÃO 45

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes em espécie seguida de uma assertiva a ser julgada. Com base nas disposições do Código Penal, assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A** Uma pessoa cometeu crime de lesão corporal seguida de morte logo após ter sido provocada injustamente pela vítima, estando, dessa forma, sob o domínio de violenta emoção. Nessa situação, o juiz poderá reduzir a pena.
- B** João, sabendo ser mentira, acusou publicamente José de ter furtado o relógio de Juca. Nessa situação, João responderá pelo crime de difamação.
- C** Um homem, após graves ameaças, subtraiu as joias de sua genitora. Nessa situação, em virtude de o homem ter cometido crime contra o patrimônio em desfavor de sua ascendente, ele será isento de pena.
- D** Uma pessoa apropriou-se de coisa alheia que veio ao seu poder por erro ou força da natureza. Nessa situação, a pessoa não cometeu crime.
- E** Uma gestante consentiu a outra pessoa que provocasse o aborto de seu feto. Nessa situação, a mulher que estava grávida responderá pelo crime de aborto com o consentimento da gestante e a outra pessoa será isenta de pena.

QUESTÃO 46

O MP ofereceu denúncia contra Maurílio pelo crime de tentativa de homicídio contra Alina. Considerando essa situação hipotética, bem como as disposições do Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

- A** Alina poderá habilitar-se como assistente de acusação, a fim de atuar como auxiliar de delegado, na fase de inquérito policial; como apoio ao MP, durante a ação penal; e como fiscal da execução penal, após o trânsito em julgado da condenação.
- B** O titular da referida ação penal é o MP, por tratar-se de crime de ação penal pública incondicionada. Contudo, se o MP não tivesse oferecido denúncia no prazo legal, Alina poderia mover ação penal privada, subsidiária da pública, por meio da propositura de queixa, no prazo de seis meses.
- C** Caso Maurílio, após ter sido citado por edital, em virtude de não ter sido encontrado pelo oficial de justiça, não compareça em juízo, o processo correrá à sua revelia, devendo o juiz nomear defensor dativo para acompanhar o andamento processual.
- D** Se o juiz rejeitar a denúncia oferecida pelo MP, o inquérito policial deverá ser remetido ao procurador-geral para oferecimento de denúncia substitutiva.
- E** Caso Maurílio seja considerado revel, o juiz deverá nomear defensor dativo para patrocinar a defesa do acusado, tendo o advogado particular indicado pelo juiz o direito a receber honorários arbitrados judicialmente, que serão pagos pelo fundo judiciário, ainda que Maurílio não seja considerado hipossuficiente.

QUESTÃO 47

De acordo com as disposições constantes na Constituição Federal acerca da competência penal, assinale a opção correta.

- A** Deputada federal que cometeu infanticídio deverá ser processada e julgada perante o STF, por tratar-se de crime doloso contra a vida.
- B** Deputado estadual que cometeu homicídio qualificado pela crueldade deverá ser processado e julgado perante o respectivo tribunal de justiça do estado, em consideração à prerrogativa infraconstitucional.
- C** Membro de ministério público estadual que cometeu crime de peculato deverá ser processado e julgado por juiz de 1.º grau, exceto se, na respectiva constituição estadual, essas ações sejam de competência do tribunal de justiça.
- D** Juiz de direito que cometeu crime de abuso de autoridade durante sua atuação em vara criminal deverá ser processado e julgado perante o Superior Tribunal de Justiça.
- E** Governador que cometeu estelionato deverá ser processado e julgado perante o STF, em face de exercer função constitucional.

QUESTÃO 48

Considere que, na própria audiência, após as partes terem apresentado suas alegações oralmente, o juiz criminal tenha proferido a sentença condenatória. Nessa situação, conforme prescrições do Código de Processo Penal, o prazo para recurso correrá a partir do dia

- A** da audiência, uma vez que, nessa ocasião, as partes estavam presentes e tomaram ciência dos autos.
- B** seguinte à audiência, pois o escrivão tem o período de 24 horas para publicar a sentença.
- C** da publicação do inteiro teor da decisão no Diário de Justiça.
- D** em que a parte, a acusação ou a defesa tomarem ciência pessoal nos autos.
- E** em que for juntado aos autos o mandado de intimação cumprido pelo oficial de justiça.

QUESTÃO 49

No que se refere aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- A** A composição dos danos civis homologada por juiz criminal mediante sentença irrecorrível tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente, acarretando renúncia ao direito de queixa.
- B** A transação penal consiste em benefício legal que possibilita ao autor do fato parar de responder à ação penal que está em curso no juizado, mediante o cumprimento de algumas condições.
- C** A intimação é pessoal, devendo ser feita no próprio juizado. Caso o acusado não seja encontrado, contudo, deverá ser feito comunicado por edital, a fim de que o acusado compareça em juízo.
- D** Define-se infração penal de menor potencial ofensivo como o crime ou a contravenção penal cuja pena máxima não é superior a 1 ano, cumulada ou não com multa.
- E** Após ser comunicado da ocorrência de um crime de menor potencial ofensivo, o delegado deverá instaurar o inquérito policial e, concluída a investigação, deverá remeter o relatório ao juizado competente.

QUESTÃO 50

Com base no Código de Processo Penal, assinale a opção correta acerca de sentença criminal.

- A** Tratando-se de crimes de ação pública, o juiz não poderá reconhecer, na sentença, agravantes que o MP não tenha alegado.
- B** O juiz não poderá atribuir definição jurídica diferente da contida na denúncia, em virtude de o titular da ação pública ser o MP.
- C** Caso a parte julgue que houve injustiça na condenação ou na dosimetria da pena, ela pedirá ao juiz que declare a sentença.
- D** O juiz, ao proferir a sentença condenatória, deverá fixar o valor máximo para a reparação dos danos causados pela infração.
- E** Ao proferir sentença absolutória, o juiz poderá aplicar, se cabível, medida de segurança.